

António de Sousa considera que o crédito malparado tem evoluído de forma surpreendentemente positiva em Portugal



António de Sousa presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB)

“Há sinais positivos na economia”

Texto **ISABEL VICENTE**
e **PEDRO LIMA**
Foto **DAVID CLIFFORD**

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) considera que Portugal pode estar a começar a ver a luz ao fundo do túnel graças ao sucesso relativo das últimas emissões de dívida e aos passos que estão a ser dados na Europa para apoiar os países em dificuldades. “Há fatores bastante positivos na balança externa”, afirma António de Sousa.

❑ Como analisa o princípio de acordo alcançado na semana passada pela Europa com vista a flexibilizar os apoios aos países em dificuldade?

❑ O que começou a ser desenhado ao nível do Fundo Europeu parece-me bastante positivo. Não havia razão para associar o Fundo Europeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A Europa já devia ser suficientemente adulta para assumir totalmen-

te as suas responsabilidades e por isso a junção com o FMI não devia ser indispensável.

❑ A entrada do FMI na Grécia e na Irlanda foi precipitada?

❑ As situações da Grécia e da Irlanda são completamente diferentes. Na Irlanda temos uma crise bancária, na Grécia temos uma crise a todos os níveis: orçamental, económica... Provavelmente no caso da Grécia a intervenção do FMI poderia parecer mais lógica. No caso da Irlanda parece-me bastante desnecessário.

❑ Podemos olhar para a emissão de dívida de €3,5 mil milhões, feita esta semana através de sindicato bancário, com algum otimismo?

❑ É um sinal positivo porque mostra que há investidores interessados que, no entanto, exigem um prémio de risco bastante elevado, porque não demos provas de que esse risco está minorado. A má notícia é que o prémio de risco

continua sem baixar, o que era expectável porque não há ainda nenhuma confirmação de que a situação se tenha alterado. A execução orçamental de 2010 foi confusa, os números não são claros, nem estão fechados.

❑ Estamos a pagar juros muito elevados...

❑ O aspeto mais negativo com o qual temos de viver, mas temos de superar rapidamente, é que o custo que está implícito na dívida vai ter de ser pago ao longo de vários anos. É o custo de nos termos atrasados a tomar as medidas. Foi uma pena não termos tomado medidas no início de 2010, quando era claro que a situação ia agravar-se.

❑ O país vai resolver por si só os problemas que tem pela frente ou o risco de termos de ser ajudados é ainda muito grande?

❑ Com o que se tem feito, nomeadamente ao nível das exportações, com a manutenção de

uma banca sólida como a que temos conseguido manter e com a passagem do tempo, diria que a possibilidade de sairmos desta situação sem apoios externos aumenta. Não quer dizer que estejamos livres de perigo. Não sei sequer se não seria desejável ter um apoio do Fundo Europeu em modelos completamente diferentes dos atuais, pontuais, com uma linha de crédito em condições que permitam evitar os aspetos mais negativos dos mercados financeiros internacionais.

❑ Até quando pensa que Portugal vai estar mergulhado em crise?

❑ Mais do que saber se a taxa de crescimento do PIB é zero ou muito próxima de zero, ou ligeiramente negativa, o que é fundamental é a credibilidade, a par da balança externa. E aí há fatores bastantes positivos. O Banco de Portugal estima que em 2012 a nossa balança comercial, antes da importação de produtos

energéticos, será positiva pela primeira vez desde há 15 anos, o que revela que as nossas empresas exportadoras estão a ganhar quota de mercado e a ser mais competitivas. E também não podemos esquecer que as importações estão a diminuir, o que é desejável.

❑ A execução orçamental de 2010 correspondeu às suas expectativas?

❑ Não foi brilhante. Foi pior do que muitos analistas esperariam, nomeadamente ao nível da diminuição de despesa. Era importante que, quando tivermos os números finais — o ideal seria no início de março —, fosse claro o impacto das medidas extraordinárias.

❑ A execução do orçamento de 2011 será crucial.

❑ Sim, até porque grande parte das medidas anunciadas em 2010 só começaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2011. É importante perceber como corre o pri-

meiro trimestre. Estamos num mundo global em que as comparações com outros países são inevitáveis e os outros países têm conseguido não só aplicar as medidas mas também atingir as estimativas ou mesmo superá-las. Nós temos o mesmo desafio.

❑ Está a falar de Espanha...

❑ De Espanha, mas até da própria Grécia. Temos vantagem sobre a Grécia já que as medidas que têm sido tomadas, por muito dolorosas que sejam e muitos sacrifícios que imponham, são muito mais modestas do que as medidas extremamente duras tomadas na Grécia.

❑ As medidas anunciadas são suficientes ou poder-se-ia ter ido mais longe?

❑ Fui muito criticado quando em fevereiro disse que era inevitável aumentar impostos. Afinal foram aumentados até muito mais do que esperaria. Estas medidas deviam ser vistas como realmente conjunturais, apenas

OUTROS ASSUNTOS

INTERVENÇÃO NO BPN e BPP

“Defendi a intervenção pública no BPN e no BPP, desde que fosse uma intervenção curta no tempo mas penso que o tempo foi claramente excessivo”

AUTONOMIA DO BPN

“Acho difícil que o BPN se mantenha como banco autónomo. Já passou tanto tempo que agora as soluções são todas difíceis”

PROVIDÊNCIAS NO BPP

“Continuamos a achar que o Sistema de Indemnização aos Investidores não se aplica ao tipo de operações financeiras que foram feitas pelo BPP”

REGULAÇÃO

“O que vai ser importante para a banca não será tanto Basileia III mas o CRD4 (capital requirements directive 4), em que ainda estão em discussão grande parte dos pontos”

INTERVENÇÃO DO FMI

“Se o FMI tivesse que intervir não era um problema. A diabolização do FMI é claramente excessiva, mas para o projeto europeu o FMI não faz muito sentido”

DESPESAS DO ESTADO

“O Estado pode cortar em muitas coisas, há muito investimento desnecessário. Quando se fala do Estado devia falar-se também das autarquias”



“A maior fragilidade dos nossos bancos é a rentabilidade”

O crescimento moderado do crédito malparado é uma surpresa positiva na banca portuguesa, afirma António de Sousa, que liderou a CGD entre 2000 e 2004 e foi governador do Banco de Portugal entre 1994 e 2000.

Que avaliação faz dos resultados apresentados recentemente pelos grandes bancos portugueses?

Apesar de todos os problemas que Portugal tem tido, a banca portuguesa nunca esteve muito fragilizada. Foi das mais resistentes em relação ao que aconteceu à quase totalidade dos países. A sua maior fragilidade é a rentabilidade. Os resultados mantêm-se a níveis bastante baixos e só têm melhorado devido à atividade no exterior. Quer as margens financeiras quer os vários indicadores de rentabilidade têm estado a deteriorar-se alguma coisa. A parte positiva é que o crédito malparado, às empresas e às famílias, não se deteriorou significativamente, quando se previa que se agravasse muito.

Não teme a subida do nível do malparado?

Não. Os bancos foram fazendo provisões e constituindo as imparidades necessárias. Além disso, ao contrário do que aconteceu noutros países, a gestão de risco foi bem conseguida. A banca emprestou adequadamente, não emprestou sem controlo, daí o nível de malparado não ser preocupante.

E os níveis de capital, são adequados?

Tem-se conseguido manter um nível de capitais razoável.

Há sinais de que pode haver melhorias no acesso aos mercados?

É difícil dizer. É positivo que algumas empresas tenham conseguido fazer emissões, mas isso aconteceu porque grande parte das suas atividades estão no exterior. Nos bancos, a maior parte da atividade é doméstica e como tal é considerado como risco Portugal. O problema não está na banca, está no país.

Podemos estar tranquilos em relação aos testes de stresse (ou de esforço) que aí vêm para a banca?

Penso que sim. Há naturalmente um teste em que a banca portuguesa vai ter uma má notação, que é o teste de liquidez. Mas mesmo aí há aspetos positivos, como a taxa de crescimento dos recursos próprios dos bancos, depósitos e instrumentos financeiros parecidos com depósitos,

que têm sido bastante razoáveis. Mas os mercados financeiros continuam a não estar abertos e duvido que abram nos próximos meses.

Vale a pena continuar a fazer testes desta natureza?

Penso que sim, mas é preciso que sejam tecnicamente bem feitos. Não faz sentido o que aconteceu com a análise aos bancos irlandeses. Não sei que critérios foram usados, mas é um caso espantoso tendo em conta a exposição desses bancos a uma série de ativos de risco.

Houve bancos portugueses a não distribuir dividendos e por essa via a aumentar capital.

Fizeram aumentos de capital baseados na sua própria atividade. Em dezembro disse — e repito — que os bancos não precisam de capital fresco, exterior à sua atividade. Houve uma recomendação do governador do Banco de Portugal para reter capital que teve toda a lógica. No contexto que Portugal vive, os bancos portugueses têm não só que ser bons como até ser melhores, ter rácios melhores do que os seus parceiros. A possibilidade de aumentar capital é bastante reduzida porque a rentabilidade é baixa e não é fácil atrair novos investidores. Os bancos estão a fazer três coisas: reter lucros, diminuir o total de crédito, reduzindo o risco, e vender ativos.

O que se pode esperar da banca no futuro? Menos crédito? Crédito mais caro?

Crédito mais caro com certeza, está a acontecer todos os dias. Eu diria que os *spreads* de 0,25% e 0% não vão reaparecer, aconteceu em Portugal, onde a concorrência bancária é muito grande, e em poucos outros países. O que os bancos estão a tentar — e vão continuar — é a melhorar as garantias, o que significa que o rácio entre o valor do empréstimo e o valor do bem que está a ser comprado, que em Portugal normalmente é habitação, está a diminuir. Valores próximos dos 100%, como se chegou a atingir em Portugal, estão hoje fora de causa e vão estabilizar entre os 60% e os 80%.

Quando teremos aumentos de juros?

Ainda que possa haver alguma modificação das taxas repo este ano, se isso acontecer será mais lá para o final do ano e em valores muito pequenos, entre 0,25% e 0,5%, o que acaba por não ter um impacto muito negativo nas prestações mensais das pessoas.

enquanto houver esta situação de emergência nacional e de déficit excessivo, porque não é comportável manter os atuais níveis de carga fiscal. Isso tem de ser diluído ao longo do tempo.

Os objetivos fixados para a redução da despesa são suficientes?

As percentagens que foram anunciadas são bastante elevadas. Vão ser difíceis de atingir e será muito bom se as conseguirmos atingir.

Podemos dar-nos ao luxo de não as atingir?

Nalguns casos será difícil mas é fundamental que no global sejam atingidas. O problema é que quando as medidas são apresentadas de forma igual para todos, quem estava a ser bem gerido é mais prejudicado do que quem estava a ser mal gerido. Os organismos do Estado que eram mais bem geridos vão ser mais prejudicados.

ivicente@expresso.impresa.pt

ENCERRAMENTO DE EMPRESAS DO ESTADO

“Vejo números de empresas públicas e municipais nos jornais que me parecem espantosos, mais de 1000. Nem sei bem que empresas são essas ou para que servem, haverá algumas que provavelmente poderão fechar”

APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

“Há neste momento um conjunto de instrumentos bastante razoáveis para as empresas exportadoras, mas é sempre difícil avaliar se são suficientes”

ORÇAMENTO DO ESTADO

“Infelizmente os números politizaram-se muito e tornaram-se pouco claros. As eleições foram em outubro, o que não devia acontecer”

António de Sousa ao Expresso: “Crédito malparado não é preocupante”

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos diz que o maior problema da banca em Portugal é a sua baixa rentabilidade e vê sinais positivos na economia nacional **E20**